

## O CORPO DO REI ERA A CURA DOS SÚDITOS?

Luiz Alberto de Lima Boscato\*

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, particularmente em França e Inglaterra*. Tradução de Júlia Mainardi. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

Em sua obra, que fundou a *antropologia histórica*, Marc Bloch rompe com a noção de que o conjunto de crenças e superstições de uma determinada época, caso dos ritos de cura abordados nesse livro, constituiria uma “anomalia”, sem ligação com outros fatores sociais daquele momento histórico. Pode-se dizer que Bloch foi o inventor da história das mentalidades, ao propor que as condições sociais são, “em sua natureza mais profunda, mentais”. Segundo Georges Duby, em prefácio à sétima edição francesa de *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* (1974):

Quando, aos 56 anos, nas últimas linhas que escreveu, o Bloch da Resistência afirma mais uma vez que as condições históricas são, “em sua natureza mais profunda, mentais” (p. 158), não está ele nos convocando a retomar seu primeiro, seu verdadeiro grande livro, a reler *Os reis taumaturgos* e a prosseguir essa história das mentalidades que ele abandonara, mas da qual o jovem Bloch, há precisamente cinquenta anos, foi talvez o inventor?

Sob o título *Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, particularmente em França e Inglaterra*, a obra de Marc Bloch foi publicada originalmente em 1924. O sociólogo Émile Durkheim, “que em 1912 publicou, com base no estudo do sistema totêmico australiano, *Les formes élémentaires de la vie religieuse* [As formas elementares da vida religiosa],<sup>1</sup> na qual o sagrado é definido como uma representação da sociedade” (p. 14), marcou profundamente a evolução intelectual de Bloch.

Desde a Idade Média até boa parte dos tempos modernos, os reis europeus eram considerados personagens sagradas, que possuíam o dom de cura. Bloch aprofundou os estudos desse tema, particularmente na França e na Inglaterra, revelando-nos que o caráter sobrenatural atribuído aos reis estava intimamente ligado ao poder político que eles possuíam:

Esses ritos serviram-me de fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, aquilo que poderíamos chamar (usando um termo que os sociólogos desviaram ligeiramente de seu significado inicial) a realeza “mística”. A realeza! Sua história domina toda a evolução das instituições européias. Até nossos dias, quase todos os povos da Europa ocidental foram governados por reis. Durante longo período, o desenvolvimento político das sociedades humanas em nossos países resumiu-se quase unicamente às vicissitudes do poder das grandes dinastias. Ora, para compreender o que foram as monarquias de outrora, para sobretudo dar-se conta de sua longa dominação sobre os espíritos dos homens, não é suficiente apenas esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos; nem é suficiente analisar ou procurar extrair de alguns grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou de direito divino. É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que floresceram em torno das casas principescas. Em muitos pontos, todo esse folclore diz-nos mais do que o diria qualquer tratado doutrinal. (pp. 43-44)

A intenção do autor, ao pesquisar o tema do poder de cura atribuído aos reis, foi enriquecer a análise da própria história política da Europa, abordagem que os historiadores que se atêm somente à análise estrutural dos fatos históricos não compreendem, ou fingem não compreender.

Embora o fenômeno da crença de que os reis, tocando as escrófulas, poderiam curá-las tenha sido algo que surgiu na França dos primeiros capetíngios e na Inglaterra normanda, a fé no caráter sagrado dos reis é algo muito mais antigo e, como diz Marc Bloch, suas origens “simplesmente escapam à história; só a etnografia comparada parece capaz de projetar alguma luz sobre elas”. Bloch lançou a perspectiva da possibilidade de se trabalhar com a interdisciplinaridade ao reconhecer os limites da história e perceber que existem dados das manifestações coletivas que estão mais arraigados no imaginário, fazendo parte do que depois se convencionou chamar de elementos da “longa duração”, abrindo as portas da história para a psicologia:

Resta a própria noção do caráter sagrado e maravilhoso dos reis – dado psicológico essencial, do qual os ritos de que tratamos foram somente uma entre várias outras manifestações. Muito mais velha que as mais antigas dinastias francesas e inglesas, pode-se dizer que a idéia da realeza maravilhosa e sagrada permaneceu longo tempo após a desaparecimento do meio social (quase desconhecido por nós) que propiciara o nascimento de tal idéia. (p. 45)

Da mesma maneira que um camaleão se adapta, quanto à cor emitida por seu corpo, ao meio ambiente onde está, o autor sugere que a noção de realeza sagrada também se adapta, com uma incessante força afetiva, “às novas condições políticas e, sobretudo, religiosas” (p. 45), não cabendo o termo “sobrevivência” para designá-la, mas sim “renovação vital”. Dessa maneira, Bloch possibilita também um paralelo interessante entre as

metamorfoses sofridas por um determinado conteúdo do imaginário coletivo, de acordo com o meio onde este se manifesta, com as mutações que ocorrem com os organismos vivos:

Em biologia, estudar a existência de um organismo não é apenas pesquisar-lhe o pai e a mãe; é também determinar as características do meio que lhe permitem viver e, simultaneamente, obrigam-no a modificar-se. A mesma coisa acontece – *mutatis mutandis* – com os fatos sociais. (p. 45)

Como o fenômeno da crença na cura das escrófulas pelo toque das mãos dos reis deu-se, ao mesmo tempo, não só na França e na Inglaterra – objetos desse ensaio de história política de Marc Bloch – mas em toda a Europa, a metodologia utilizada pelo autor foi a da história comparada, até mesmo com o intuito de considerar a evolução das civilizações fora das especificidades nacionais.

Embora, em linguagem técnica, as escrófulas sejam o que hoje os médicos definem como as inflamações dos gânglios linfáticos pela ação dos bacilos da tuberculose, na prática da linguagem popular o termo também podia ser usado para caracterizar não apenas as afecções propriamente do pescoço, as verdadeiras escrófulas, como também as da face ou dos olhos. Devido à crença na cura pelo toque real, o qual era seguido pelo sinal da cruz, as escrófulas, que tanto desespero e horror provocavam, eram chamadas de *mal de roi* na França e de *king's evil* na Inglaterra.

É claro que a reputação taumatúrgica dos reis atraía também as vítimas de outras enfermidades, mas na Europa daquele período as escrófulas eram freqüentes e temidas; as melhoras sucediam-se com rapidez, mesmo quando a cura era só aparente, o que era interpretado, nos idos do século XI, como uma prova irrefutável do poder de cura desses reis. É por esse motivo que as escrófulas se tornaram a moléstia preferencial a ser tratada pelo toque real.

Há um processo de especialização no combate às doenças por essa taumaturgia, que se assemelha ao que acontece com a devoção aos santos curadores. Peguemos o exemplo da França: Saint Marcoul de Corbeny foi invocado por séculos para a cura de males generalizados antes de se tornar um santo especializado na cura de escrófulas. Da mesma forma, Roberto, o Pio, o segundo rei da dinastia dos capetíngios, era considerado um curador de diversas enfermidades, mas, com o passar do tempo, foi ocorrendo a especialização do poder taumatúrgico real, a ponto de Filipe I, neto de Roberto, ser considerado um curador apenas das escrófulas.

Na Inglaterra, o primeiro soberano a quem se atribuiu poder de cura foi Henrique II, que reinou no século XII. Mas a origem desse rito, no lado inglês, remonta aos tempos imediatamente anteriores à conquista normanda, quando houve um príncipe que pode ser

considerado o primeiro da linhagem dos reis taumaturgos: Eduardo, o Confessor, canonizado no século XII. Do lado francês, conforme eruditos do *Ancien Régime*, o iniciador das curas foi Clóvis. Shakespeare comenta-as na peça *Macbeth*.

Ao analisar o fenômeno do aparecimento de reis taumaturgos em parte da Europa nos séculos XI e XII, Bloch evita contudo cometer o erro das generalizações muito amplas, como a de James Frazer, que em sua obra *O ramo de ouro*<sup>3</sup> afirma serem estes soberanos sucessores de certos reis das ilhas do Pacífico, mais especificamente das ilhas Tonga, na Polinésia, que possuíam o poder tanto de provocar quanto de curar as escrófulas. Mesmo assim, Bloch reconhece que o trabalho de Frazer foi importante para perceber os vínculos entre as concepções sobre a natureza das coisas e as primeiras instituições políticas da humanidade.

Nos casos da França e Inglaterra, porém, os reis taumaturgos concediam somente benesses milagrosas, sem contrapartida punitiva. Além do mais, eles puderam se tornar médicos sobrenaturais porque já eram considerados, nessas regiões, personagens sagradas, unidas por Cristo. Assim, temos na França uma linhagem de reis curadores, que se inicia com Clóvis e seus descendentes, e prossegue com os carolíngios e os capetíngios. Da mesma forma, na Inglaterra temos também uma linhagem de reis médicos, que se inicia com os príncipes anglo-saxões e prossegue com os reis normandos.

Poderíamos detectar com mais clareza o começo desse processo em idéias e instituições das arcaicas realzas germânicas se houvesse, segundo Bloch, uma literatura escrita sobre a Germânia pagã, anterior, assim, ao cristianismo, que não fosse eclesiástica. Mas, enfim, algo que Bloch ressalta é que as instituições políticas da Europa, que geraram uma determinada visão do sagrado, são específicas do próprio imaginário europeu, não guardando conexões com as similares da Oceania.

O autor apresenta a “revolução religiosa” do cristianismo como um golpe terrível na antiga concepção pagã de realeza sagrada somente no discurso oficial, pois estas mesmas idéias continuavam “a viver, mais ou menos secretamente, na consciência popular”. Ao que tudo indica, a posterior adoção do costume de se canonizarem certos reis, transformando-os em santos, foi a concessão católica aos vestígios do sagrado pagão que continuavam presentes no imaginário popular de longa duração. E nos tempos medievais em que apareceram os reis taumaturgos, quem dizia “sagrado” dizia “capaz de curar” (p. 82).

De acordo com Bloch, o primeiro rei francês tido como capaz de curar os doentes foi Roberto, o Pio, segundo soberano da dinastia capetíngia, que arrancou o poder das mãos da já consagrada dinastia dos carolíngios em 987, através de Hugo Capeto, seu pai. Na Inglaterra, o primeiro rei reconhecido por suas características taumatúrgicas foi Henrique Beauclerc, que começou a reinar em 1100, portanto, 69 anos após a morte de Roberto II.

A França foi a iniciadora, assim, da série de reis taumaturgos – embora, para eclipsar a imitação do soberano do tradicional país rival, Henrique tenha reivindicado como patrono aquele que se tornaria o santo oficial da monarquia, Eduardo, o Confessor.

O movimento taumatúrgico caminhou na contramão da reforma gregoriana, um despertar espiritual que objetivava reforçar a aplicação efetiva das antigas doutrinas sobrenaturais. Gregório VII, o papa que iniciou e acabou cedendo o próprio nome a esse movimento, chegou a excomungar por duas vezes o inglês Henrique VII. Embora alguns espíritos conciliadores, como Guibert de Nogent, na França, e Pierre de Blois, conselheiro de Henrique VII, citassem a própria afirmação da ortodoxia católica de que o milagre não prova a santidade, os doutores da Igreja sabiam que o povo não pensava assim: o milagre reforçava a sacralidade do príncipe leigo, evidenciando, desse modo, o conflito muito constante, no decorrer da história, entre a ortodoxia dos doutores da Igreja e o culto popular.

A crença no milagre dos toques reais, assim como nos anéis que podiam curar dores musculares ou epilepsias, permaneceu forte até o século XV, mas o pano de fundo da cena histórica mostra que, na verdade, a fé em tais ritos de cura já estava sendo em certa medida questionada, ainda que em círculos restritos, por pelo menos parte dos povos dos dois países. De início, uma certa contestação foi colocada pelos humanistas da Renascença do século XVI, que, sem duvidar das curas, acreditavam que tinham causas naturais, de acordo com a idéia que possuíam da natureza. Mas eles se constituíam em um círculo limitado. Somente com o avanço do processo da Reforma é que tal prática monárquica “supersticiosa” seria considerada “idolatria”, em especial no desenvolvimento do pensamento calvinista.

Na Inglaterra, a consagração real dos anéis não sobreviveu ao século XVI. Na França católica, depois do Concílio de Trento, a Contra-Reforma quis ampliar a distância entre sacerdotes e leigos, mas, na prática, muitos foram os que defenderam a tese da sacralidade dos reis. Com o advento do absolutismo monárquico, no século XVII, essa idéia foi reforçada mais do que em qualquer época.

A decadência do rito se iniciaria, de fato, no século XVIII. Na Inglaterra, a rainha Ana foi a última a tocar escrófulas, em 1714, e os seus sucessores da casa de Hannover não estavam interessados na manutenção do rito. Na França, o escândalo provocado em 1739 pelo caso amoroso entre o rei Luís XV e Madame de Mailly afastou-o da dimensão sagrada, e, por esse motivo, o rei foi impedido de comungar e de praticar os ritos de cura, desabitando as massas de recorrer a ele. Ao mesmo tempo, os escritores eruditos estavam cada vez mais abertamente céticos em relação ao tema, entre eles os enciclopedistas, como Voltaire, que se diverte ao narrar os fracassos das tentativas de cura por parte de antigos reis.

Ainda com Luís XVI, o último monarca a reinar antes da Revolução Francesa, registraram-se relatos de cura que este teria feito. Em 1789, no encaminhamento de todo o processo coletivo que levou à revolução, o velho dogma da realeza sagrada deixou de ser tolerável para a opinião pública, e o próprio Luís XVI precisou renunciar ao exercício dos seus dons. Com a queda do regime monárquico, a tradição do toque real parecia ter morrido.

Carlos X, no entanto, ao sagrar-se rei em 1825, ressuscitou o costume. Provocou o entusiasmo dos ultramonarquistas e do escritor Victor Hugo, que, em sua ode *Sacre* (Sagração), saudou-o: “Ei-lo padre e rei”. O monarca, entretanto, foi ridicularizado pelas mais diversas correntes de opinião, dos liberais contrários à Restauração à esquerda; mesmo os jornais ultramonarquistas *Quotidienne* e *Drapeau Blanc* não acreditavam na eficácia do toque real, a não ser como alívio para as tristezas da alma. Depois de 1825, nenhum outro rei europeu ousou voltar à antiga prática do toque, pois, com exceção de alguns crentes tardios, tal fé já estava desmoralizada perante a opinião pública.

As escrófulas são uma doença que facilmente parece retroceder em seus sintomas visíveis, possibilitando a necessidade coletiva de uma fé otimista, de forte conteúdo emocional, a desejar ardentemente que o toque real fosse miraculoso, deixando de lado os casos em que tal cura não se realizou. Num momento histórico em que boa parte da farmacopéia produzida oferecia riscos, Bloch, ironicamente, recordou que o toque dos reis, pelo menos, não era nocivo.

É essencial, porém, colocar o epicentro da manifestação dessa aura sagrada real em sua ligação com o poder político, construída no imaginário coletivo no decorrer de séculos. Ainda hoje, é possível encontrar demonstrações de louvor popular em que um homem humilde deseja beijar a mão de alguém que tenha, ao mesmo tempo, carisma e poder, seja ele um líder político ou religioso.

## Notas

\* Doutorando em História Social, FFLCH, da Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> DURKHEIM, Émile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, F. Alcan, 1912. (DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2000).

<sup>2</sup> SHAKESPEARE, W. *MacBeth*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, pp. 43-4. FRAZER, James G. *O ramo de ouro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 45.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 45.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 82.